

# Acordos firmados e Estratégias debatidas: a troca de telegramas entre os interventores do Norte e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932

Raimundo Helio Lopes<sup>1</sup>

## Resumo:

O artigo analisa a troca de telegramas entre os interventores do Norte e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932, mais conhecida como “Revolução Constitucionalista”. Inicialmente, busco investigar a trajetória política e militar desses interventores, as suas relações com o movimento de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, e as suas nomeações nas Interventorias nortistas. Em seguida, analiso, a partir dos telegramas, como eles se posicionaram diante da guerra, a formação de tropas enviadas para a luta e os diálogos com o presidente da República, assim como as estratégias adotadas por esses líderes para defender o Governo Provisório.

**Palavras-chave:** Interventorias do Norte; Governo Provisório; Guerra de 1932; telegramas.

## Abstract:

The article analyzes the exchange of telegrams between interventors from the North and the Provisional Government during the War of 1932, renowned as the “Constitutionalist Revolution”. Initially, I intend to investigate the military and political trajectory of these interventors, their relation with the movement of 1930 which lead Getúlio Vargas to power, and their nominations to interventions from the North. Afterwards, I analyze, according to the telegrams, how they positioned towards the war, the formation of troops sent to the front and the dialogues with the president of the Republic, as well as strategies adopted by these leaders to defend the Provisional Government.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (RJ). raimundohelio@gmail.com

## 4 Acordos firmados e Estratégias debatidas: a troca de telegramas entre os interventores do Norte e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932

### I

No dia 27 de setembro, apenas seis dias antes do fim da Guerra de 1932, conhecida como Revolução Constitucionalista,<sup>2</sup> Juarez Távora enviou, por telegrama, notícias sobre o conflito que afligia o Brasil desde 9 de julho:

Posições conquistadas nossas tropas frentes operações autorizam supor resistencia rebelados paulistas entrou franco declínio. Antevejo assim proxima cessação luta fratecida e retorno Brasil unido caminho restauração moral material que governo revolucionario, maogrado todos contratemplos, vinha trilhando. Cada vez mais convencido inteira justiça causa defendemos, cumpro dever justiça cumprimentar prezado amigo pela eficiente decidida cooperação desse estado, como todo Norte, sentido torná-la victoriosa. Cordial abraço.<sup>3</sup>

Analisando o desenrolar bélico, o ilustre militar<sup>4</sup> informou da proximidade do fim da guerra civil e agradeceu o apoio e a eficiência no envolvimento com a defesa do Governo Provisório. O “prezado amigo” a quem se destinou o “comunicado-agradecimento” era João Punaro Bley, interventor federal do Espírito Santo. Mas, na verdade, o remetente também tinha outros destinatários em vista. Ao fim do telegrama, lê-se a advertência do remetente para que “idênticos” telegramas fossem enviados a mais 11 interventores: Juraci Magalhães, da Bahia; Augusto Maynard, de Sergipe; Tasso Tinoco, de Alagoas; Lima Cavalcanti, de Pernambuco; Gratuliano Brito, da Paraíba; Bertino Dutra, do Rio Grande do Norte; Seroa da Mota, do Maranhão; Landri Sales, do Piauí; Magalhães Barata, do Pará; Carneiro de Mendonça, do Ceará e Rogério Coimbra, do Amazonas. Esses estados formavam, nos anos 1930, uma região político-geográfica conhecida como Norte.

---

<sup>2</sup> É por essa designação que um dos maiores eventos bélicos da história republicana brasileira ficou mais conhecido em nossa historiografia. Adoto a denominação de Guerra de 1932 porque chamá-lo de Revolução Constitucionalista já é marcá-lo com uma determinada postura interpretativa. Sobre isso ver De PAULA (1998: 23).

<sup>3</sup> Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (106/196).

<sup>4</sup> Cearense nascido no ano de 1898, ingressou no Exército em 1916, quando foi praça na Escola Militar do Realengo. Em 1922 foi um dos participantes do movimento tenentista de 5 de julho, derrotado pelas forças federais. Depois dessa data não parou mais de lutar contra os governos da Primeira República. Dois anos depois participou do levante tenentista de São Paulo, de onde saiu para organizar o mesmo tipo de reação nos estados do Sul. Em 1925 ingressou na Coluna Prestes-Miguel Costa, que percorreu milhares de quilômetros pelo país lutando contra os governos de Artur Bernardes e Washington Luís. Não viu a coluna exilar-se no território da Bolívia e do Paraguai em fevereiro de 1927, pois fora preso em Teresina, Piauí, em dezembro de 1925, depois de um confronto com as tropas legalistas. Trazido para o Rio, ficou no cárcere na Ilha das Cobras até janeiro de 1927, quando fugiu e voltou a estabelecer contatos com companheiros de conspiração, como Isidoro Dias Lopes, Siqueira Campos, Miguel Costa, João Alberto e Osvaldo Aranha. Preso novamente em janeiro de 30, conseguiu fugir menos de um mês depois, quando retomou os planos de deposição do governo e, depois da recusa de Luís Carlos Prestes, já ligado às ideias comunistas, foi cogitado para ser o líder militar do movimento político, posto que acabou ocupado por Góes Monteiro. Em março de 1930 chegou à Paraíba, de onde liderou os confrontos armados ocorridos naquela região. Em 27 de outubro de 1930 desembarcou no Rio de Janeiro como o vitorioso chefe militar da Revolução no Norte, sendo em dezembro seguinte nomeado Delegado Militar do Norte. Informações retiradas de Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, disponível em [www.fgv.cpdoc.br](http://www.fgv.cpdoc.br). Doravante DHBB – Cpdoc/FGV.

Entendo como Norte a área político-geográfica formada pelos estados que abrangem as atuais regiões Norte e Nordeste, além do Espírito Santo. O Norte, nesse sentido, era compreendido pelo território federal do Acre e por doze estados: Amazonas, Pará, Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. A presença do Espírito Santo causa uma estranheza inicial, já que esse estado não é relacionado quando comumente se pensa o Norte. Contudo, a construção que faço do Norte é baseada na ação de Juarez Távora enquanto representante da região junto ao Governo Federal e no posicionamento dos líderes estaduais – os interventores – quando se relacionaram com esse líder. São muitos os documentos produzidos durante os primeiros anos do governo Vargas que ratificam a delimitação que faço dessa região. Como exemplo, cito um telegrama enviado a Juarez por João Punaro Bley, interventor do Espírito Santo durante todo o Governo Provisório: “Para maior facilidade e entendimento ação norte, ao qual Espírito Santo se acha integrado, pedimos prezado amigo aceitar representação nosso pensamento relativamente situação atual”.<sup>5</sup>

Nesse sentido, a integração ou não do Espírito Santo ao Norte não pode ser encarada, a priori, a partir de definições oficiais, mas se deve ter como base a ação dos sujeitos envolvidos nesse processo. Essa adesão ocorreu a partir da articulação do interventor capixaba que chegou ao poder indicado por Juarez e que reconhecia a autoridade do líder do Norte. Em momentos específicos, em especial os de crise política nacional, a aproximação desse estado com a corrente nortista foi mais forte, marcando claramente uma posição nos embates envolvendo o Governo Provisório. É significativo notar que o telegrama escrito por Punaro Bley data de 22 de junho de 1932, poucas semanas antes do início da Guerra de 1932. Durante esse conflito o Norte foi definido geográfica e politicamente por Juarez, em alguns telegramas enviados aos interventores da região, como do “Amazonas ao Espírito Santo” e os próprios interventores nortistas, durante o conflito, utilizaram essa definição para fazer referência a eles próprios.

No telegrama que abre esse texto, é essa a definição de Norte que aparece, e pelas palavras de Juarez Távora ficou clara a intensa ação da região contra os rebeldes paulistas que declararam guerra ao governo Vargas no dia 9 de julho. Essa constatação, por mais que pareça óbvia, não deve ser naturalizada quando se analisa, sob o ângulo do Governo Provisório, a Guerra de 1932. Na verdade, acredito, é de sua desnaturalização que a análise deve partir. Como, de fato, foi construído o apoio que o Norte do Brasil deu ao recém instalado Governo Vargas? De quais formas a população “nortista” e suas elites políticas se relacionaram com o novo governo em um momento tão conturbado da história republicana brasileira? Como os interventores estaduais “nortistas” atuaram durante o conflito e articularam a formação de tropas e a defesa do Governo Provisório e dos seus estados?

Essas são apenas algumas perguntas que orientam a presente pesquisa. Nas páginas que se seguem, pretendo investigar a ação dos interventores nortistas durante a guerra a partir da análise das Interventorias que chefiavam. Para tanto, procuro analisar suas

---

<sup>5</sup> Telegrama de João Punaro Bley para Juarez Távora. Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.05.14 (108/172). Datado de 22 de junho de 1932.

## 6 Acordos firmados e Estratégias debatidas: a troca de telegramas entre os interventores do Norte e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932

experiências políticas, ligações com o tenentismo e o processo que levou este movimento a ter forte influência no Norte, no contexto do pós-30, além, é claro, dos posicionamentos, ações e estratégias adotadas durante a luta armada. Dessa forma, em um primeiro momento me detenho na análise das trajetórias dos interventores e na configuração política que as Interventorias nortistas tiveram desde outubro de 1930 até o início da Guerra de 1932. Em seguida, averiguo as ações desses líderes durante o conflito, tendo como base os telegramas trocados entre eles e o presidente Getúlio Vargas.

O telégrafo tornou-se a principal forma de comunicação entre o Brasil e os outros países, assim como entre os estados da federação, no início do século XX. Por possuir uma estrutura em expansão desde meados do século XIX, a utilização desse sistema de comunicação já havia se consolidado em território nacional nos anos de 1930.<sup>6</sup> As diversas esferas do estado faziam largo uso de seus serviços, e em tempos de guerra, mais do que nunca, ele foi utilizado por ser uma forma de comunicação rápida – e de certa forma segura para o Governo. Durante a Guerra de 1932, foi pelo fio do telégrafo que os interventores estaduais e o Governo Provisório firmaram acordos e debateram estratégias sobre o conflito que afligia a nação.

### II

Uma das primeiras medidas do Governo Provisório, depois da conquista do poder por Getúlio Vargas, foi a adoção de Interventorias estaduais e a derrocada dos presidentes dos estados eleitos então em exercício. Chefiadas por líderes políticos da confiança do governo, elas foram pensadas para centralizar o poder neste novo momento político nas diversas unidades federativas e alongar a sua autoridade nos estados, expurgando antigas lideranças e opositores, além de fundarem bases sólidas para a efetivação do Governo Provisório.<sup>7</sup>

Sobre a nomeação dos interventores nortistas, Dulce Pandolfi afirma que foram três as características gerais que levaram à escolha dos interventores do Norte, “os que mais se aproximaram de um modelo ideal de interventor”. Em primeiro lugar, *ser neutro politicamente*, pois os agentes responsáveis para essa função não poderiam ter ligações partidárias anteriores, para que tivessem “imparcialidade e energia [para] uma obra de saneamento administrativo que dificilmente um homem de partido teria coragem ou habilidade para realizar”. Ainda lembra a autora, que o fato de serem “tenentes” garantia a esse grupo nortista um elo e certa homogeneidade, pois eram “homens dispostos a romper com a prática oligárquica tradicional da República Velha” e que “para pessoas vindas de fora, descompromissadas com a rede de alianças locais, seria mais fácil intervir na coisa pública, já que o tenentismo colocava o interesse público acima dos interesses privados”. *Ser militar*, o segundo elemento na escolha desses interventores, representou a entrega de todas essas Interventorias a tenentes, já no início do ano de 1931. Um aspecto que pode também explicar esse fato “é uma decorrência da fraqueza da classe política local”, o que tornou a militarização das Interventorias nortistas não um pressuposto ideológico, mas “diante de

---

<sup>6</sup> Ver MACIEL (2001).

<sup>7</sup> Ver FAUSTO (2006: 46-56).

uma situação concreta”, uma “condição necessária para implementar a chamada política revolucionária”. Por último, *ser estrangeiro* garantia a inexistência de vínculos diretos com as forças políticas estaduais, afastando os novos interventores de líderes locais, que deveriam ser postos de lado nesse novo contexto que se anunciava. Algumas exceções, “plenamente justificadas”, marcaram este último ponto, como foram os casos das Interventorias de Pernambuco, Ceará e Paraíba, que tiveram seus interventores escolhidos entre líderes civis estaduais, mas amplamente alinhados com as idéias tenentistas. (PANDOLFI, 1980: 346)

Contudo, a escolha dos interventores do Norte e essa ideia de “modelo ideal de interventor” precisam ser analisadas levando em conta o processo político do Governo Provisório e a liderança exercida por Juarez Távora, líder militar do movimento de 30 no Norte e o principal representante da região no novo governo.<sup>8</sup> Essas nomeações aconteceram em dois momentos distintos. O primeiro, antes da instituição da Delegacia, mas já marcado pela influência de Juarez, ocorreu logo depois da vitória militar do movimento de outubro de 30. O segundo, já sob a ação da Delegacia, compreendeu o primeiro ano do Governo Vargas, período no qual mais ocorreram mudanças nas Interventorias nortistas.

Analisando o primeiro momento de nomeação dos interventores nortistas, determinado logo depois da vitória do movimento de 30, constata-se uma pequena predominância de interventores civis, líderes em oito estados, em relação aos interventores militares, chefes em cinco. Excetuando o território federal do Acre, já que não foram encontradas muitas informações sobre seu interventor, percebe-se que entre os 12 primeiros interventores dos estados do Norte, oito deles governaram seus estados de origem. Dos que não tiveram seus interventores escolhidos entre os nascidos no estado, Alagoas e Bahia tiveram como interventores sujeitos com trajetórias políticas de destaque nesses estados. No caso do Rio Grande do Norte, o interventor escolhido possuía ligações com o estado a partir de laços familiares e teve sua escolha influenciada por um dos líderes do movimento de 30 no estado. O único caso que foge a esse padrão é o do Espírito Santo, onde seu interventor não possuía ligação com o estado. Dessa forma, diante das informações conseguidas, o interventor do estado capixaba é o único que não teve uma participação política no Norte de oposição à Primeira República durante os anos de 1920 e/ou atuou na região durante a tomada de poder pelos partidários da Aliança Liberal.<sup>9</sup>

Em outras palavras, os primeiros interventores do Norte, nomeados oficialmente em novembro de 1930, foram *revolucionários nortistas* dos próprios estados que passaram a governar, ou seja, civis e militares que foram opositores ao modelo político da Primeira

---

<sup>8</sup> Como força do prestígio político de Juarez foi criada a Delegacia Militar do Norte, definida pelo decreto com o seguintes termos: “O chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil resolve nomear o capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora, delegado militar do Governo Federal e seu representante nos Estados do Norte, desde Bahia, afim de tomar as medidas que julgar conveniente ao interesse publico, podendo propor demissões, nomeações, transferências, e outros atos que lhe pareçam necessários ao bom desempenho de sua missão, tendo em vista, principalmente, consolidar nessa parte do Brasil, o regime instituído pela Revolução e ficando subordinado ao Ministério da Guerra.” Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1930.12.08 (2/7455).

<sup>9</sup> Todas as informações retiradas do DHBB – Cpdoc/FGV.

República, que defenderam a chegada de Vargas ao poder e reconheciam a liderança de Juarez Távora no Norte. Essa primeira configuração política, formada antes do surgimento da Delegacia Militar do Norte, afasta a ideia que caracteriza os interventores nortistas como “militares”, “estrangeiros” e “neutros” à política estadual.

O segundo momento de nomeação dos interventores nortistas corresponde ao primeiro ano do Governo Provisório, já sob a tutela da Delegacia Militar da Norte. Nesse período, de novembro de 1930 ao mesmo mês do ano seguinte, 13 interventores foram substituídos. Para melhor compreender esse momento de instabilidade, basta perceber que de novembro de 1931 até a eleição dos novos governadores estaduais em 1935, iniciadas no primeiro semestre desse ano, apenas oito interventores foram substituídos. De uma forma mais clara: nos 12 primeiros meses do Governo Provisório, 13 interventores nortistas foram substituídos, e posteriormente, em pouco mais de três anos que separam esse período das eleições estaduais, apenas oito interventores nortistas saíram de seus cargos.

Nesse segundo momento de nomeação para as Interventorias nortistas, alguns padrões se alteraram. Quanto à naturalidade, houve uma mudança significativa: se a escolha dos primeiros interventores dos estados do Norte foi marcada pela preferência de revolucionários nortistas dos próprios estados, no segundo momento, poucos interventores passaram a governar os estados onde nasceram ou tiveram atuação político-militar. Assim, em novembro de 1931, os estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Espírito Santo, Piauí e Rio Grande do Norte, oito ao todo, estavam sendo governados por interventores nascidos em outros estados. Dito de outra forma, apenas os estados de Pará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe possuíam interventores naturais dos estados que governavam, um ano após a instituição das Interventorias em todo o país.

Nessa configuração, em novembro de 1931, um olhar mais rápido pode sugerir que as Interventorias nortistas estavam ocupadas, em sua maioria, por interventores “estrangeiros”. Contudo, ampliando a escala de análise e levando-se em conta a identidade política de revolucionários nortistas, conclui-se que, mesmo com a significativa mudança de interventores, ainda havia a predominância de revolucionários nortistas entre as lideranças dos estados do Norte. Excetuando o Acre onde não consegui informações, dos 12 estados, apenas o interventor alagoano, o cearense, o capixaba e o norte-rio-grandense não era revolucionários nortistas, ou seja, eram nascidos em estados fora do Norte e sem nenhuma ligação com a região antes de assumirem as Interventorias, o que os enquadra na tipologia de “estrangeiro”, “militar” e “neutro politicamente”, utilizando o padrão definido por Pandolfi.<sup>10</sup> Todos os outros oito nasceram na região e tiveram atuação político-militar contrária à Primeira República e favorável ao movimento de 30 na região. Essa reconfiguração afastou os interventores das políticas estaduais de seus estados de origem,

---

<sup>10</sup> João Punaro Bley, interventor capixaba, era mineiro e Tasso Tinoco, interventor alagoano; Roberto Carneiro de Mendonça, interventor cearense; e Herculino Cascardo, interventor norte-rio-grandense, nasceram no Rio de Janeiro. Esse é o momento no qual menos interventores revolucionários nortistas estiveram no poder no Norte. Entre os meses de outubro de 1931 e junho de 1932 esses quatro estados, em conjunto, foram administrados por interventores não nortistas. Além desses, Néelson de Melo, gaúcho, foi interventor do estado de Amazonas de setembro de 1933 a fevereiro de 1935. Todos eram militares.



mas não diminuiu o poder e a liderança do Norte por parte dos revolucionários nortistas e de Juarez Távora.

Outra mudança significativa nas Interventorias nortistas nesse segundo momento de nomeações se deu quanto à relação entre interventores civis e militares. Se em novembro de 30, quando foram instituídas as primeiras Interventorias, havia cinco interventores militares, um ano depois esse número dobrou.

A despeito desses dois casos, é fundamental notar que houve um momento específico de militarização das Interventorias nortistas: entre os meses de julho e setembro de 1931 os interventores civis de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará e Maranhão foram substituídos por militares. Ou seja, em três meses o processo de militarização das Interventorias nortistas estava completo, com todos os interventores do Norte militares, exceto Acre, Paraíba e Pernambuco. Esse quadro de interventores militares só diminuiria em julho de 1933, quando o Rio Grande do Norte voltou a ser governado por um interventor civil, e em março de 1934, quando o mesmo aconteceu em Alagoas.

Esse momento de modificação nas Interventorias do Norte, com as mudanças quanto à naturalidade dos interventores e quanto à relação civil e militar, se justifica pelas crises políticas estaduais envolvendo os interventores, como explica Dulce Pandolfi (1980: 350): “As interventorias nortistas caracterizam-se por constantes crises políticas. O desajuste entre as forças sociais locais e o ‘poder vindo de fora’ responde, em grande parte, pelo clima da instabilidade política a conseqüente alta rotatividade dos interventores.”

É coerente afirmar que o embate entre as forças estaduais e os interventores foi, em grande medida, a causa das crises estaduais que levaram muitos interventores nortistas a ter uma curta administração. Acredito que essas crises foram fortes e intensas, capazes de acarretar a mudança do interventor, contudo, apenas no primeiro ano do Governo Provisório. Depois de novembro de 1931, com um ano do sistema de Interventorias, – e da Guerra de 1932 – as crises estaduais arrefeceram e um relativo equilíbrio foi percebido nas Interventorias do Norte, visto a longevidade das administrações.<sup>11</sup>

Foi com essa segunda geração de interventores que o Governo Provisório manteve uma intensa troca epistolar, através de telegramas, depois que a Guerra de 1932 foi declarada, buscando articular aliados e derrotar seus inimigos paulistas.

### III

Dentre as muitas atividades burocráticas e administrativas das Interventorias

---

<sup>11</sup> Apenas Felipe Moreira Lima, interventor cearense de agosto de 1934 até a eleição do governador estadual em maio de 1935, ocupou a Interventoria por um período menor que um ano.

## 10 Acordos firmados e Estratégias debatidas: a troca de telegramas entre os interventores do Norte e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932

estaduais, o envio de telegramas foi uma das mais constantes e, certamente, mais importantes. Tal conclusão ganha respaldo quando se analisa o fundo documental *Gabinete Civil da Presidência da República*, presente no Arquivo Nacional. Nele estão guardadas diversas correspondências relacionadas à Presidência da República, oriundas de diversos locais, produzidas por distintas pessoas e esferas do Governo, durante o período republicano. Diante da organização do arquivo, a série 14 contempla os governos estaduais, o que corresponde a centenas de latas repletas de cartas, telegramas, relatórios, circulares, notificações, fotos etc., enviadas ao Presidente, por todos os estados da federação, em virtude da atividade governamental.

Ao ajustar o foco da pesquisa para os governos estaduais do Norte e ao concentrar a análise nas correspondências expedidas no ano de 1932, pode-se entender algumas características gerais dessa atividade epistolar. Para melhor apreender o contexto, optou-se, metodologicamente, por estender o exame para o final do ano de 1931 e início de 1933, a fim de criar um quadro comparativo para entender a excepcionalidade dos tempos de guerra.

Inicialmente, no caso das Interventorias nortistas, os documentos encontrados são, essencialmente, telegramas. O telégrafo foi a principal forma de comunicação entre esses estados e o governo central, certamente, como se disse, por sua rapidez e segurança. Antes de tudo, é preciso ter a clareza que telegramas não são cartas, por mais que as vezes o tamanho e o estilo da escrita sugiram isso. Eles possuem linguagem direta, objetiva e com escrita enxuta, marcada, principalmente, pela supressão de vogais e pela constante utilização de abreviações. Eles eram utilizados como uma comunicação oficial entre as Interventorias e o Governo Provisório, nos quais eram trocadas informações burocráticas – como ordens de pagamentos, licenças, pedidos de verbas –, relacionadas às necessidades e funcionamentos do trabalho cotidiano dessas instituições governamentais. Normalmente, essa comunicação era utilizada pelo menos uma vez por dia, por ambos os lados. Na série sobre a qual me debruço para esta análise, a maioria dos telegramas compreende uma correspondência ativa das Interventorias, havendo, em alguns casos, a resposta do Governo Provisório.

Materialmente, os telegramas aparecem de três formas: a maioria datilografada em folhas oficiais com o brasão da República e com um carimbo datado em que se lê “Telegrapho da Presidencia da Republica – Palacio do Cattete”, possuindo impresso no alto do papel, “Gabinete da Presidencia da República – Telegrama”; uma parte deles está em papel também oficial, mas com impresso, na parte superior, “Cópia de Telegrama”, com o mesmo carimbo; e, alguns poucos em papel oficial, de tamanho menor, da “Repartição Geral dos Telegraphos”, com o carimbo dos Correios. Essa correspondência, nesses diversos suportes, compõe uma comunicação, que é sensivelmente alterada entre os dias 9 de julho e 2 de outubro de 1932, pois, não só há um maior fluxo como também o grande tema é a guerra.

Luís Vergara, um dos funcionários da presidência que trabalhou cotidianamente com esses telegramas, assim reconstruiu o seu trabalho junto ao Presidente, durante a Guerra de 1932:



Na fase mais tensa da revolução constitucionalista as atividades e as preocupações do Presidente excediam a capacidade normal de trabalho que lhe pudéssemos atribuir, mesmo conhecendo o limite invulgar das suas resistências físicas e mentais. Continuava atendendo normalmente, como se nada estivesse acontecendo de extraordinário, as tarefas administrativas conservando-as em dia, providenciando sobre tudo que se relacionava com o bom funcionamento dos serviços públicos. Afora isso, chamara a si o controle militar dos acontecimentos, acompanhando-os nos mínimos pormenores e expedindo instruções sobre a movimentação das forças que deveriam convergir para o cerco de São Paulo. Comunicava-se constantemente com os Interventores dos demais Estados, no sentido de apressarem o embarque dos contingentes que se destinavam a reforçar e completar os destacamentos em ação nas frentes de Minas e Rio de Janeiro. Essa correspondência me fôra confiada e eu organizei com ela um dossiê para consulta imediata e verificação rápida das providencias em andamento. O trabalho começava às 7 horas da manhã e ia pela noite adentro. (...) Quase todos os que procuravam o Presidente, civis e militares, se mostravam nervosos e apreensivos. Só ele, imperturbável na sua calma, não se impacientava. (VERGARA, 1960: 78)

Antes de investir na análise dessa correspondência, organizada por Luís Vergara, é preciso ressaltar as peculiaridades desse relato, o momento e o caráter de sua produção. Publicado em 1960, ainda sob o impacto da morte do chefe e amigo, seu livro de memória não se centra na vida do autor, mas em um momento muito peculiar dela: quando passou a conviver com Getúlio Vargas. Tendo em mente fazer uma “homenagem ao grande brasileiro tantas vezes mal e injustamente julgado pelos seus próprios atos políticos e administrativos”, propõe-se a fazer “uma espécie de depoimento absolutamente sincero”. Luís Vergara foi inicialmente um dos oficiais de gabinete da Presidência, e a partir de 1936, passou a ser secretário da Presidência da República, cargo que ocupou até 1945. No segundo governo Vargas, atuou como assessor, *ghostwriter* e ministro para assuntos econômicos no exterior.<sup>12</sup> Por essas funções, foi um dos funcionários que esteve mais próximo de Vargas durante o tempo em que este ocupou a presidência. Assim, ele inicia a narrativa com o primeiro contato entre ambos, em 1926, e finda com último, em maio de 1954, antes de uma viagem à Europa, lugar onde recebeu a notícia do suicídio do Presidente. Nessas páginas, Vergara reconstrói um tempo, no qual, ele e Getúlio tinham um convívio diário e uma relação fraternal, de confidentes e amigos. Muitas vezes, como era de se esperar, ele deixa de ser o personagem principal de suas memórias, para por mais luz em Getúlio, que é descrito, como foi visto na citação acima, como um grande líder e administrador, inabalável com as adversidades, infatigável com as jornadas de trabalho e cumpridor fiel de seus serviços junto à Nação. Mas Vergara também se constrói como uma figura importante, opinando em momentos políticos decisivos e sempre sendo ouvido pelo presidente, ou seja, um fiel escudeiro e conselheiro de tão eminente liderança.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Além das memórias de Vergara, mais informações sobre ele em “Luiz Vergara” In. DHBB - Cpdoc/FGV.

<sup>13</sup> “O sujeito que fala ou escreve sobre si, portanto, não é o objeto (re)presentado por seu discurso reflexivo,

## 12 Acordos firmados e Estratégias debatidas: a troca de telegramas entre os interventores do Norte e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932

Mesmo com a marca da subjetividade presente em seu relato, Vergara atenta o trabalho do presidente com os telegramas enviados durante a Guerra de 1932, e a importância deles para a comunicação entre o Governo Provisório e as Interventorias, nesse momento tão conturbado da vida nacional. Nos telegramas, assim como em outros tipos de correspondência, o protocolo de escrita é o mesmo: sempre se inicia com um tom de muito respeito, no qual o presidente é tratado como “V. Ex.”, “V. Excia” ou “Vossencia”, e finda com “cordiais saudações”. Os interventores, nesse caso específico, escrevem para tratar dos diversos assuntos relacionados ao conflito – como pedidos de armamentos, navios para o embarque de soldados, dinheiro para organização de tropas etc.–, assim como para se apresentarem como integrantes da defesa do Governo Provisório.

Nesses telegramas são recorrentes os sentidos do conflito para os interventores. A Guerra de 1932, nas palavras deles, é uma “obra impatriótica”<sup>14</sup>, uma “onda de anarquia que tenta aniquilar o país”<sup>15</sup>, uma “masorca levantada pela ambição de politiquinhos”<sup>16</sup>, articulada e liderada por “rebeldes de São Paulo, armados pelas mãos criminosas de políticos eivados de ambição”<sup>17</sup>, “elementos execrados opinião nacional”<sup>18</sup>. Os rebeldes são “aqueles que criminosamente, sem ideais, mas por mera ambição política, procuram lançar a desordem e a anarquia no país”<sup>19</sup>; “criminosos intuitos os reacionários de todos os matizes (...) que não hesitaram sequer ante o grande crime do desmembramento da pátria comum”<sup>20</sup>, “inimigos da pátria representado políticos profissionais”<sup>21</sup>. Assim, ao definirem os inimigos com esses termos, os interventores nortistas se apresentam como o seu oposto: os aliados, verdadeiros defensores do Governo Provisório e da pátria, que atuam sem caráter político nocivo ou por benefício próprio, mesmo sem o dizer explicitamente. Ao definir o inimigo, eles também estão se definindo e mostrando a Vargas quem eles são no campo político e como atuam.

A relevância desse grupo político aparece em vários momentos durante o conflito, mas ao final da guerra a importância dos interventores do Norte é demonstrada, ao se

---

mas tampouco é o efeito, por assim dizer, gramatical de seu discurso. Falando e escrevendo, literalmente, ele se produz. Narrar-se não é diferente de inventar-se uma vida. Ou debruçar-se sobre sua intimidade não é diferente de inventar-se uma intimidade. O ato autobiográfico é constitutivo do sujeito e de seu conteúdo.” CALLIGARIS (1998: 49). Além desse texto, outros foram importantes para a análise dessa autobiografia. Destaco, entre outros: BOURDIEU (2005: 183-191), ROJAS (2000: 9-48) e GOMES (2008: 181-196).

<sup>14</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Bahia 14.4. Arquivo Nacional. Telegrama de 8 de julho de 1932

<sup>15</sup> Idem. Telegrama sem data.

<sup>16</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Piauí 14.16. Arquivo Nacional. Telegrama de 14 de julho de 1932

<sup>17</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Espírito Santo 14.7. Arquivo Nacional. Telegrama de 8 de setembro de 1932

<sup>18</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Bahia 14.4. Arquivo Nacional. Telegrama de 19 de julho de 1932.

<sup>19</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Pará 14.12. Arquivo Nacional. Telegrama de 4 de setembro de 1932.

<sup>20</sup> Idem. Telegrama sem data.

<sup>21</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Rio Grande do Norte 14.17. Arquivo Nacional. Telegrama de 19 de agosto de 1932

discutir um assunto muito particular: o acordo de paz proposto aos revoltosos. Vários telegramas enviados pelos interventores trataram desse desfecho. São bons exemplos:

Acuso recebimento reservado relativamente instruções dadas general Goes Monteiro respeito suspensão hostilidades rebeldes paulistas. Agradecendo honra consulta declaro-me perfeitamente acordo ponto de vista Vossencia colocou delicada questão paz família brasileira. Esta atitude enérgica e altiva assumida para com rebeldes, fugindo-se assim ao trivial sentimentalismo, tão da nossa índole, ira refletir beneficemente no seio das massas populares e servira de exemplo para as gerações vindouras, que não mais aventurarão aos horrores de uma luta fratricida. Em nome do governo e do povo Espiritusantense congratulo-me com Vossencia solução dada a tão delicada questão salvaguardando assim o principio da autoridade constituída, implantada pela arrancada gloriosa de Outubro, cujos ideais ainda sustentados com armas nas mãos não poderão ceder ante acordos políticos que fazem relembrar conchavos da velha Republica. Saudações. João Bley, interventor.<sup>22</sup>

Agradecendo atenção Vossencia pedindo minha opinião sobre instruções expedidas servirem base cessação luta fratricida julgo qualquer acordo seria desprimoroso e atentatório memória companheiros se sacrificaram luta. Tudo governo conceder como medida clemência visando apaziguamento espíritos deve ser algo exoptaneo de sua autoridade. Assim estou inteiro acordo esclarecida atitude Vossencia. Julgo também que Governo assim como deve perdoar os que tomaram parte movimento inspirados errado ideal patriótico deve ser inclemente com responsáveis pelo maior crime praticado contra o Brasil em toda nossa evolução política. Se elementos não se conformarem é melhor levar sacrifício um pouco alem e lutar ate que se possa fazer uma paz definitiva sem pieguismos e sem perseguições desnecessárias. Bahia confia inteiramente patriótica atuação vossencia. Atenciosas saudações. Juracy Magalhães, interventor.<sup>23</sup>

Acuso recebimento vosso reservado hoje acerca convenio em que se estabelece condições para a suspensão hostilidades contra rebeldes de São Paulo. Tenho prazer declarar V. Exa. que o Governo de Sergipe se confessa de inteiro acordo com o ponto de vista que colocou Chefe Governo Provisorio nada tendo a objetar a respeito. Respeitosas saudações. Augusto Maynard, interventor federal.<sup>24</sup>

Acusando reservado V. Exa. apreciando-o afirmo constituir expressão exata sentimento e aspiração povo potiguar que mais deseja vitoria pela rendição amotinados reconhecidos seu erro que rendição pela sucessão vitorias

---

<sup>22</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Espírito Santo 14.7. Arquivo Nacional. Telegrama de 2 de outubro de 1932.

<sup>23</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Bahia 14.4. Arquivo Nacional. Telegrama de 2 de outubro de 1932.

<sup>24</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Sergipe 14.22. Arquivo Nacional. Telegrama de 2 de outubro de 1932.

## 14 Acordos firmados e Estratégias debatidas: a troca de telegramas entre os interventores do Norte e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932

campo luta que fará acirrar ódios entre irmãos, fazendo periclitir unidade Patria. Atitude V. Exa. aceitando armistício servirá mais um testemunho Nação seus elevados propósitos paz não permitindo acusem Ditadura absoluta intransigência restabelecimento ordem todos anseiam. Não admitindo ainda V. Exa. discussão com amotinados condição paz, qualquer elas sejam, mantém intangível princípio autoridade até aqui conservando, correspondendo assim confiança Nação. Nenhuma paz, entretanto, será duradoura se não ficar assegurada punição aventureiros promotores levantes como testemunho respeito aqueles que souberam se sacrificar holocausto chamamento Governo sem vindictas, porém, com justiça. Saudações. Bertino Dutra, interventor federal.<sup>25</sup>

Acuso recebimento telegrama reservado de hoje que respondo. Delegado Governo Provisorio e representando Piauí, que para luta desencadeada políticos Paulistas ofereceu a Vossencia seu decidido e leal apoio, momento em que se procura restabelecer a paz, venho reafirmar ainda, solidariedade ao ponto de vista sereno ora manifestado por Vossencia. Saudações cordeaes. Landry Salles, interv. federal.<sup>26</sup>

Como se lê, para os interventores do Norte, o acordo de paz proposto por Vargas estava dentro das pretensões defendidas por eles. Alguns falam em nome de toda a população que representam, ressaltando que os pontos estabelecidos seriam bem vistos em seus estados, e não apenas por eles, deixando de ser um posicionamento meramente “oficial” sobre o acordo de paz para tornar-se o armistício que toda a região Norte esperaria. Ressaltam que a punição deve ser exemplar e contundente e que não deveria haver concessões aos amotinados. Só assim a paz se reestabeleceria, o Governo Provisório não perderia sua autoridade, os que tombaram lutando contra os revoltosos teriam seu sacrifício justificado e outras tentativas de revoltas dentro do país não seriam inspiradas por esse momento de nossa história.

Mesmo sem se dispor dessa correspondência enviada pelo Governo Provisório, o fato de todas as respostas terem sido dadas no mesmo dia sugere que a comunicação sobre o assunto expedida pelo Governo Provisório tenha sido uma mesma circular, destinada aos interventores do Norte.<sup>27</sup> Também não se pode deixar de notar que todos os interventores que responderam eram militares. Isso não quer dizer que apenas os militares (e da região Norte) foram consultados, pois outros telegramas que tratavam do mesmo assunto podem ter sido perdidos ou extraviados com o tempo que separa a sua produção e a constituição dessa documentação enquanto arquivo. De qualquer forma, o processo de militarização das Interventorias do Norte culminou em 1932, antes da guerra, e por mais que esta não pudesse ser prevista, o clima de instabilidade era patente e a presença dessas figuras na

<sup>25</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Rio Grande do Norte 14.17. Arquivo Nacional. Telegrama de 2 de outubro de 1932.

<sup>26</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Piauí 14.16. Arquivo Nacional. Telegrama de 2 de outubro de 1932.

<sup>27</sup> Durante a Guerra de 1932 outras circulares foram enviadas às Interventorias, como pode ser percebido na documentação analisada.

frente desse conjunto de estados constitui-se em um elemento de peso durante o conflito.

Além de opinarem sobre o final dos combates, surgiu nessa correspondência uma forma de atuação mais direta dos interventores: alguns deles, logo nos primeiros dias de guerra, pedem para abandonar seus postos, para ir para o campo de batalha. Carneiro de Mendonça, no Ceará, escreve: “apelo V. Exa. sentido passar interventoria secretario interior cearense combater lado sofredores patricios que, estou certo, saberão dignamente defender integridade Brasil”<sup>28</sup>. Augusto Maynard, de Sergipe, diz que “caso eminente amigo considere de utilidade meus serviços próprios teatro luta não sinta nenhum constrangimento chamar-me fileiras a que acorrerei maior prazer.”<sup>29</sup>

Nesses dois casos, o pedido aparece apenas uma vez na correspondência pesquisada, contudo, outros interventores foram mais insistentes e enfáticos. Tasso Tinoco, de Alagoas, diz que “eu, capitão França Albuquerque, Jorge Tinoco, estamos pronto seguir linha de frente primeiro chamado, afim mantermos principios revolucionarios idealizados desde 922”,<sup>30</sup> e, dez dias após esse telegrama, afirma que “renovo meu desejo descer tropa afim conduzi-la direção capital paulista”<sup>31</sup>. Seroa da Motta, do Maranhão, escreve que “guardo ordem minha partida afim pelear lado meus camaradas”<sup>32</sup>, e com a negativa do pedido, afirma em outro telegrama: “sinto verdadeiramente não ter embarcado ainda contingente forças afim engrossar fileiras valorosa tropa nortista”<sup>33</sup>. Ele mesmo volta a tratar do assunto, dessa vez com um tom mais ácido: “mandei dizer dr. Getúlio que aguardo ordens partir primeiro avião já não estou conformado tal situação, alias muito comoda”<sup>34</sup>.

A experiência militar desses interventores e as fortes ligações com os ideais e ações tenentistas são fatores que, certamente, ajudam a explicar a vontade de envolvimento direto com a luta armada, no próprio campo de batalha. Entretanto, Magalhães Barata, do Pará, expõe outro dado de relevância para esse posicionamento. O interventor, cinco dias depois de declarada a guerra, afirma: “eu não tenho porque não solicitar também um posto de comando no posto da luta defender nossa obra revolucionaria, por isso venho por-me inteira disposição V. Exa. para incorporar-me a qualquer força me seja designada”.<sup>35</sup> Uma semana após esse primeiro telegrama, argumenta de uma forma mais elaborada seu pedido e propõe essa ação de um modo mais efetivo:

---

<sup>28</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Ceará 14.5. Arquivo Nacional. Telegrama de 14 de julho de 1932.

<sup>29</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Sergipe 14.22. Arquivo Nacional. Telegrama de 16 de julho de 1932.

<sup>30</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Alagoas 14.2. Arquivo Nacional. Telegrama de 15 de julho de 1932.

<sup>31</sup> Idem. Telegrama de 25 de julho de 1932.

<sup>32</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Maranhão 14.9. Arquivo Nacional. Telegrama de 11 de julho de 1932.

<sup>33</sup> Idem. Telegrama de 26 de julho de 1932.

<sup>34</sup> Idem. Telegrama de 12 de agosto de 1932.

<sup>35</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Pará 14.12. Arquivo Nacional. Telegrama de 14 de julho de 1932.

O norte principalmente que foi beneficiado mais direta e fundamente pelo influxo da revolução precisa antepor a arremetida criminosa do perrepismo em armas a pujança do seu patriotismo e a força indomita de sua vontade de continuar livres terra que revolução libertou. Não queremos ser e não seremos mais escravizados pelos mesmos senhores da politicalha que arruinou a moral Republicana em quarenta anos de escandalos e crimes. Acatando sempre decisão V. Ex., peço permissão solicitar V. Ex. que em suprema guia dos nossos destinos politicos, nessa hora tragica e dolorosa que nação atravessa, para sugerir ao Governo Provisorio que seja permitido a todos os interventores do Norte que seja permitido marcharem à frente das forças regulares de que dispomos, com destino fronteiras paulistas. É lá que vão ser decididos os nossos destinos”.<sup>36</sup>

Como se lê, além dos fatores citados anteriormente, alguns interventores entendem que o Norte tem uma responsabilidade maior em derrotar a “arremetida criminosa do perrepismo”, pois crêem que a Primeira República significou um momento de “escravidão” para a região, e somente com o novo governo aqueles tempos chegaram ao fim. Mais do que oficiais e representantes do Governo Provisório, eles são, em sua maioria, figuras que nasceram e militaram na região antes de 1930, ao lado do tenentismo e contra o sistema político hegemônico do período. Por mais que os ideais tenentistas tenham marcado as suas posturas políticas, o fato de serem e se sentirem nortistas não pode ser minimizado, visto que na Guerra de 1932, mais do que os estados em que cada um assumiu a Interventoria, o que estava em jogo era a Região Norte e o bloco político que vinham costurando. Pedir para marchar nas linhas de frente do combate, mais do que um ato simbólico de envolvimento e deferência a Vargas, era uma atitude importante para defender a Região que representavam – e faziam parte –, mostrando à nação o peso político que adquiriram desde 1930, sobrepondo-se às antigas forças da política republicana nacional.

Todos os pedidos foram negados e os telegramas que informavam a negativa foram muito semelhantes. Um exemplo é a resposta a Tasso Tinoco: “sensibilizado vossa nobre atitude mais uma vez reafirmo necessidade permanecerdes frente interventoria, onde vossos serviços e devotamento causa revolução não podem ser dispensado”.<sup>37</sup> O Governo Provisório entendia que a derrota dos revoltosos também acontecia longe dos campos de batalhas, com os interventores fortes em seus estados, prevenindo o surgimento de outros focos de rebelados, impedindo a ação de simpatizantes da causa paulista e organizando forças que seguiriam para a luta. Contudo, concomitante às articulações de tropas para seguirem para o front, os interventores propuseram outras formas de construção da defesa do Governo Provisório, articulando estratégias e mobilizações próprias, e não somente seguindo as orientações do governo central.

Em telegrama, Augusto Maynard, de Alagoas, escreve ao presidente, comentando a troca de idéias com o interventor pernambucano Lima Cavalcanti:

---

<sup>36</sup> Idem. Telegrama de 21 de julho de 1932.

<sup>37</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Alagoas 14.2. Arquivo Nacional. Telegrama de 25 de julho de 1932.



Tenho prazer comunicar V. Exa. estou solidário companheiros interventores promovem organização divisão norte para combate reacionários S. Paulo, fazendo as restrições expedidas telegrama acabo dirigir interventor Lima Cavalcanti, a seguir transcrito, a qual submeto apreciação V. Exa. julgue, em ultima instancia sua conveniência e oportunidade: “Aracaju, 22 julho 932. Interventor Lima Cavalcanti – Pernambuco – Recebi seu telegrama propósito organização divisão nordestina. Mantenho ponto de vista anterior e vou mesmo enviar os telegramas sugeridos. Lembro, entretanto, essa organização deverá ficar critério chefe Governo Provisório, que, em caso algum, poderá ser tolhido aplicação imediata unidades já enviadas e segundo plano pré-estabelecido Estado Maior Exercito. Pondero ainda afastamento Juarez, agora depois haver recebido importante missão Minas Gerais, certamente traria dificuldades que só Ditador melhor ajuizará”.<sup>38</sup>

No mesmo dia, Landry Salles, do Piauí, também escreve ao presidente para tratar do assunto:

Querendo tornar efetivo apoio governo V. Ex. solicitamos autorização para forças do Norte, que, sob comando Major Juarez Tavora participara sorte irmãos Centro e Sul na defesa da revolução e governo constituído. Certesa que V. Ex. tomará na devida conta nosso alvitre, aguardamos ordens afim mobilizar força dispomos e que estamos certos, honrarão suas gloriosas tradições.<sup>39</sup>

Como pode ser visto, houve a construção de um projeto de defesa do Governo Provisório no qual o Norte marcharia unido, sob a liderança de seu “Vice-Rei”, contra os inimigos paulistas. Ao analisar algumas correspondências telegráficas de outros fundos documentais, percebe-se que essa iniciativa partiu, não de Juarez Távora, mas dos próprios interventores nortistas. Em telegrama ao próprio Juarez, quatro dias antes dos telegramas acima citados, Lima Cavalcanti, de Pernambuco, explica que: “pensamos organização imediata brigada ou divisão Norte sob seu comando concentrado se nossas tropas Bahia ou onde você julgasse conveniente. Nesse sentido [Carneiro de] Mendonça [do Ceará] e eu nos dirigimos demais companheiros do Espírito Santo ao Amazonas”.<sup>40</sup>

Na construção desse plano, outros interventores atuaram, como Punaro Bley, do Espírito Santo, que também escreveu a Juarez e Vargas, defendendo sua execução.<sup>41</sup> Dessa forma, a partir dos telegramas, percebe-se que os interventores constituíram uma rede de sociabilidade e um espaço de discussão sobre a atuação na Guerra de 1932, que envolveu uma intensa troca epistolar entre eles próprios, Juarez Távora e Getúlio Vargas<sup>42</sup>, onde esse

<sup>38</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Sergipe 14.22. Arquivo Nacional. Telegrama de 22 de julho de 1932.

<sup>39</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Piauí 14.16. Arquivo Nacional. Telegrama de 22 de julho de 1932.

<sup>40</sup> Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (41/196).

<sup>41</sup> Idem (52/196).

<sup>42</sup> A inspiração para a utilização da correspondência como rede de sociabilidades, espaço de trocas de idéias e ação político-intelectual partem de diversos textos: GOMES (2000: 13-48); GOMES (2009: 41-79) e FERREIRA

projeto foi discutido, de uma maneira rápida, suprimindo as distâncias entre os correspondentes. Com essa rede, percebe-se que a aproximação entre os interventores era maior do que se imaginava e mais autônoma, pois não necessariamente passava pelo crivo do Governo Provisório. Eles se comunicavam entre si, buscando afinar suas posições diante do conflito, ressaltando que a luta contra os revoltosos era do bloco político do Norte, e não apenas uma ação isolada de um ou outro estado. Esse grupo político vinha sendo articulado desde o pós-30 e, durante a Guerra de 1932, essas aproximações e diálogos foram maiores.

Essa idéia não foi efetivada, como o próprio presidente justificou ao “Vice-rei do Norte”, esclarecendo que, influenciado pelo Estado Maior do Exército, não apoiava a idéia, pois as tropas que estavam chegando “precisam ser incorporadas, de acordo necessidades, aos diversos sectores militares em ação”.<sup>43</sup> Sobre essa determinação, os interventores também não ficaram sem dar resposta, e ao analisá-la, outra questão interessante surge. Em resposta ao telegrama enviado por Landry Salles tratando desse tema, já citado, o Governo Provisório argumenta:

Acuso recebimento vosso telegrama referente organização forças norte, formando divisão sob comando Major Juarez Távora. Estado Maior Exército opina, a respeito, ser impossível, dado desenvolvimento operações, semelhantes enquadramentos, porquanto essas forças precisem ser incorporadas de acordo necessidade diversos sectores de ação militar, já delineados, tal como está acontecendo tropas vindas do Sul. Isso em nada diminuirá valor auxílio eficiente prestado nossa causa bravos filhos do Norte.<sup>44</sup>

Essa resposta era a que estava sendo enviada para todos os interventores envolvidos na construção desse modelo de defesa. Isso fica mais evidente quando se percebe, no referido telegrama do interventor piauiense, a seguinte frase manuscrita: “dar igual resposta”. Compreende-se, assim, que esses telegramas eram despachados pelo presidente diante das necessidades e pedidos, possuindo dois trânsitos: um primeiro, mais óbvio, corresponde ao envio de notícias oriundas de outros estados para o Governo Provisório, por meio do telégrafo; e um segundo, referente aos vários encaminhamentos que esses telegramas tinham, quando chegavam ao Palácio do Catete. Luís Vergara, o já citado secretário da presidência, esclarece esse ponto:

---

(2004: 241-256).

<sup>43</sup> Arquivo Luís Vergara, Código LV nº 1932.07.12. Pasta 1. Cpdoc-FGV. Em resposta, Juarez Távora afirmava estar ciente da determinação do Governo e do Exército e que havia telegrafado aos “Interventores do E. Santo a Amazonas” informando de sua ação. Para “evitar susceptibilidade poderiam prejudicar nossa atual harmonia, vistas unidos esforços, e também para permitir melhor distribuição tropas Norte varias frentes”, o ilustre tenente continuaria seu trabalho no setor mineiro. Sobre essa correspondência ver Arquivo Juarez Távora – Cpdoc-FGV dpf 1932.07.08 (58/196).

<sup>44</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Piauí 14.16. Arquivo Nacional. Telegrama de 22 de julho de 1932.

Eu chegava ao Palácio Guanabara mais ou menos às 8 horas. (..) A correspondência telegráfica, bastante volumosa, vinha do Catete mais ou menos coincidindo com a minha chegada. Eu a examinava rapidamente, pondo-a em ordem, e levava-a logo ao Presidente. Ocorria assim meu primeiro contato diário com ele. Nessa oportunidade apanhava a minha pasta que ficara no dia anterior nas suas mãos para ser examinada e na qual eu reunia as cartas, notas e outros papéis que deveriam ser submetidos ao seu exame e deliberação. Ao recolhê-la da sua mesa já encontrava nela os seus lembretes de serviço manuscritos, com instruções sobre providencias a tomar (...). Voltando ao meu Gabinete, concentrava-me logo no trabalho até receber de volta a correspondência telegráfica com as suas anotações para responder ou dar andamento aos assuntos tratados que dependiam de providencias do governo. O resto da manhã o empregávamos na preparação desta correspondência, além de cartas e memorandos de serviço dirigidos aos Ministérios. (VERGARA, 1960: 177-178)

Não é possível afirmar de quem seja as anotações manuscritas nos telegramas. Aparecem, pelo menos, duas caligrafias distintas, o que mostra que havia mais de uma pessoa que entrava em contato com essa correspondência, depois de recebida no Rio de Janeiro. Mesmo que nenhuma delas seja do próprio presidente, é perfeitamente plausível crer que esses telegramas, e as determinações sobre eles, passavam pelo seu crivo. Nem todos possuem anotações, mas com as que aparecem é possível perceber que os encaminhamentos eram os mais diversos. Esses manuscritos diziam, em muitos casos, “responder que”, seguindo-se a instrução a ser enviada ao remetente. Mas aparece também “seguir Guanabara”, “responder autorizando”, “à guerra”, “à justiça”, “à viação”, “à fazenda”, “providenciar”, “autorizar”, “para providenciar”. Assim, depois de passar pelas mãos do presidente, alguns assuntos eram resolvidos logo por suas determinações, ou então seguiam para os Ministérios, para que as providências fossem tomadas. Alguns, já chegavam aos ministros com uma instrução clara de como agir. É o caso do telegrama que Seroa da Mota, do Maranhão, enviou ao presidente, pedindo que “despesas diligencias policiais manutenção ordem publica Capital e interior, consequencia frequentes incidentes, felizmente pequena importância” fossem custeadas por verba federal.<sup>45</sup> Escrito, ao alto, no telegrama lê-se “à fazenda para providenciar”.

Contudo, a mais frequente instrução foi “a imprensa”. É possível imaginar que, com essa determinação, o conteúdo do telegrama fosse publicado nos periódicos da Capital Federal, em alguma sessão destinada ao Governo Provisório, prática que também foi utilizada por algumas Interventorias estaduais.<sup>46</sup> Essa hipótese fica mais sólida quando se percebe que os telegramas que possuem esse destino sempre são os que parabenizam pelas vitórias das forças federais – “tenho honra congratular-me com V. Exa. pelas ultimas vitorias

---

<sup>45</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Maranhão 14.9. Arquivo Nacional. Telegrama de 23 de agosto de 1932.

<sup>46</sup> Afirimo isso baseado na análise que fiz da imprensa cearense durante a Guerra de 1932 e dos diversos telegramas enviados ao interventor Carneiro de Mendonça publicados nesses periódicos. Sobre isso ver: LOPES (2009).

alcançadas contra rebeldes S. Paulo”<sup>47</sup> –, ou notificam ao chefe do Governo o envio de mais soldados para o front – “comunico Vossencia embarque ontem destino Rio bordo Almirante Alexandrino mais 650 homens”<sup>48</sup>. Durante o conflito, era de se esperar que o Governo Provisório buscasse transmitir ao país o apoio integral dos aliados, e as constantes vitórias que vinha obtendo nos campos de batalhas, construindo um ambiente de tranquilidade e forte resistência perante os revoltosos. Com isso, uma parte da correspondência entre os interventores e o Governo Provisório era divulgada, objetivando ressaltar o apoio do restante do país, isolando os simpatizantes dos rebeldes paulistas.

Essa correspondência, assim, teve os mais variados usos e significados durante a Guerra de 1932: transmitia informações, suprimia distâncias, permitia rapidez nas comunicações, tornava-se “espaço” de trocas de idéias entre líderes políticos e militares, constituía uma rede política de sociabilidade que estava para além das determinações do poder central, revelavam os posicionamentos e o dia a dia do Governo Provisório e das Interventorias. Por meio dessa troca epistolar posições foram definidas, acordos firmados, apoios tecidos, estratégias debatidas, projetos executados ou, simplesmente, deixados de lado. Muitas vezes, as aproximações que esses telegramas promoveram e as dimensões que alcançaram foram tão importantes quanto as informações transmitidas por eles.

Por esses motivos, essa comunicação pode ser considerada uma ferramenta de extrema importância durante o conflito, por mais que, quando se pense em instrumentos de auxílio ao combate em uma guerra, comumente se pense em armas destinadas à destruição e à morte de soldados.

## **Bibliografia**

BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Ed. Forense-Universitária: FGV-CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos, 1984.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Revista Estudos Históricos**. N. 21. Ano 1998.

De PAULA, Jeziel. **1932: Imagens construindo a história**. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/ Editora Unimep, 1998.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

---

<sup>47</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Paraíba 14.13. Arquivo Nacional. Telegrama de 14 de setembro de 1932.

<sup>48</sup> Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14. Bahia 14.4. Arquivo Nacional. Telegrama de 18 de setembro de 1932.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidades. In. GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro. Memória e história nos escritos autobiográficos de San Tiago Dantas. In. RAMOS, Alcides; PATRIOTA, Rosângela e PESAVENTO, Sandra. **Imagens da História**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2008.

\_\_\_\_\_. O Ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In. GOMES, Angela de Castro (org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas. In. GOMES, Angela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV/Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2009.

LOPES, Raimundo Helio. **Os Batalhões Provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932)**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2009.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 21, N. 41, 2001.

PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografia como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In. SCHMIDT, Benito Bisso. **O Biográfico: propostas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

VERGARA, Luiz. **Fui secretário de Getúlio Vargas: memórias dos anos de 1926-1954**. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.